



PROJETO DE LEI Nº 01/2019

**CRIA O ABRIGO INSTITUCIONAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere o art. 46, inciso XI, da Lei Orgânica do Município aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Abrigo Institucional de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aprovada pela Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 e subsequentes.

Art. 2º - O Abrigo Institucional terá capacidade para atendimento de até 20 crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos, 11 meses e 29 dias; em função de abandono ou cuja família ou responsáveis encontrem - se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção até que seja viabilizado o retorno do convívio com a família de origem ou na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

Parágrafo Único - Quando tratar-se de grupos de irmãos devem permanecer juntos no mesmo Abrigo.

Art. 3º - O Abrigo Institucional atenderá crianças e/ou adolescentes de ambos os sexos, sem qualquer forma de discriminação, especificação e residentes do Município de Alegre.

Art. 4º - Caberá ao Conselho Tutelar e aos Órgãos Judiciais do Município, o encaminhamento das crianças e/ou adolescentes aos cuidados do responsável pelo Abrigo Institucional.

Art. 5º - Caberá a Assistência Social disponibilizar atendimento médico, odontológico e psicológico as crianças e/ou adolescentes que se encontrarem



Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Gabinete do Prefeito



acolhidos no Abrigo Institucional sempre que solicitado por escrito pelo seu responsável.

Art. 6º - O Serviço será vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Gestão e o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, contendo Equipe Técnica mínima de suporte, 01 Assistente Social e 01 Psicólogo e equipe direta Coordenador, Cuidadores e Auxiliares de acordo com a NOB-RH/SUAS.

Art. 7º - O Abrigo Institucional de que trata a presente Lei, fica denominado "Tia Mirtes".

Art. 8º - Ficam revogadas as Leis nº 2.827/2007, de 16 de março de 2007; nº 3.316/2014 de 10 de novembro de 2014 e 3.428/2017 de 31 de março de 2017.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alegre - ES, 14 de fevereiro de 2019.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal